



**PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2014
ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO**

**Processo SEI nº 59.738-28.2014
Contrato nº XX/2014**

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MÓVEIS SOB
MEDIDA QUE CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR
MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
TOCANTINS, E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXX.**

A União Federal, por meio do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 05.789.902/0001-72, com sede na Avenida Teotônio Segurado, Quadra 202 Norte, Conj. 02, lotes 1 e 2, Palmas/TO e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º XXXXXXXXX, com Sede na XXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominados CONTRANTE e CONTRATADA, representado, o primeiro pelo seu Diretor-Geral — **José Machado Dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 156.592 - SSP/DF, CPF nº 412.307.011-68 — e pelo Secretário de Gestão de Pessoas — **Francisco Alves Cardoso Filho**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2.722 SSP/TO e do CPF nº 549.640.241-72-68 —, e a segunda por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, brasileiro(a), casado(a), portador(a) da carteira de identidade nº XXXXXXXX SSP/XX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, resolvem celebrar o presente CONTRATO, autorizado nos autos do processo eletrônico SEI n.º 59.738-28.2014, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto 5.450/2005, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, em conformidade com o Edital do Pregão Eletrônico nº 97/2014, seus anexos e os termos da proposta da contratada, originados no Processo Eletrônico SEI nº 59.738-28.2014, mais as cláusulas e condições adiante descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para fornecimento de móveis sob medida para exposição de objetos e documentos destinados ao Centro de Memória da Justiça Eleitoral localizado no térreo do edifício sede da Justiça Eleitoral do Tocantins.

1.2 O objeto do presente instrumento será executado de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORNECIMENTO DOS MÓVEIS

2.1 O fornecimento dos móveis se dará em conformidade com os desenhos técnicos anexos ao Termo de Referência (Anexo I do Pregão Eletrônico nº 97/2014), consoante quantidade e especificações abaixo:

Quantidade	Unidade	Descrição
1	UND	Item 1 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1800x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.
1	UND	Item 2- Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1800x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.
2	UND	Item 3 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 600x450x750, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.
1	UND	Item 4 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 600x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.
1	UND	Item 5 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1000x100x1100, com tampo em vidro temperado incolor 10mm, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 A Contratada obriga-se à:

- Obter do TRE-TO os desenhos técnicos e confeccionar os móveis conforme especificações descritas no projeto;
- Cumprir o cronograma de contratação, previamente estabelecido pela Contratante;
- Notificar por escrito e previamente a Contratante em caso de prorrogação involuntária do prazo de entrega e/ou montagem decorrente de caso fortuito ou força maior;
- Executar a montagem dos móveis, dentro da melhor técnica e zelo, obedecendo rigorosamente os parâmetros de montagem e segurança estabelecidos;

- e) Responsabilizar-se por qualquer defeito dos bens que possa ser considerado defeito de fabricação ou decorrente da montagem;
- f) Se constatada qualquer irregularidade nos produtos, a Contratada deverá substituir os móveis no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos;
- g) Em caso de substituição dos produtos, assumir as despesas decorrentes da devolução e entrega de novo produto;
- h) Prestar assistência técnica decorrente de defeitos de fabricação;
- i) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o contrato, nem subcontratar quaisquer das prestações.

3.2 O Contratante obriga-se à:

- a) Disponibilizar o local da montagem dos móveis livre de obras de construção ou reforma;
- b) Receber e conferir se os móveis estão dentro das especificações estabelecidas, devolvendo no todo ou em parte se houver irregularidades;
- c) Efetuar o pagamento à Contratada, em moeda corrente, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, através de Ordem Bancária, após o recebimento, com a nota fiscal devidamente atestada pela Seção de Engenharia, Projetos e Obras do TRE/TO

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1 O valor do presente contrato é de **R\$ XXXXX** (xxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento abaixo:

UNID	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Unidade	1	Item 1 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1800x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.		
Unidade	1	Item 2- Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1800x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.		
Unidade	2	Item 3 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura		

UNID	QTD	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
		medindo 600x450x750, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.		
Unidade	1	Item 4 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 600x450x1100, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.		
Unidade	1	Item 5 - Móvel expositor confeccionado em MDF com paredes de 30mm de espessura medindo 1000x100x1100, com tampo em vidro temperado incolor 10mm, com rodízios, conforme desenho técnico anexo.		
TOTAL				

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1 O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA por ordem bancária, em até 5 (cinco) dias úteis, após apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em 1 (uma) via, devidamente atestada pela Seção de Engenharia, Arquitetura, Projetos e Obras do TRE/TO.

5.2 A nota fiscal/fatura deverá indicar o número da conta corrente e agência bancária para emissão da respectiva Ordem Bancária, além do número da nota de empenho.

5.3 Sobre a fatura incidirão os tributos legalmente instituídos e multas que eventualmente vierem a ser aplicadas. Sendo a Contratada isenta ou beneficiária de redução de alíquota de qualquer imposto, taxa ou de contribuição social ou ainda optante pelo SIMPLES, deverá apresentar junto com a fatura, cópia do comprovante respectivo.

5.4 A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido neste contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à CONTRATADA com a interrupção do prazo previsto para pagamento. A nova contagem do prazo será iniciada a partir da respectiva regularização.

5.5 A CONTRATADA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo deste Contrato.

5.6 Em caso de irregularidades na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizado.

5.7. O Tribunal se reserva o direito de descontar do pagamento da contratada os eventuais débitos, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

5.8 Não serão pagos os produtos fornecidos em desacordo com a quantidade e as especificações detalhadas neste Contratado.

5.9 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

5.10. É condição para o pagamento do valor constante da Nota Fiscal/Fatura, a prova de Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e com as contribuições para a Previdência Social (INSS).

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

6.1 Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA, o contrato será fiscalizado e acompanhado pelo CONTRATANTE, por intermédio de servidor especialmente designado, de acordo com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO

8.1. Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 65 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta da Dotação orçamentária 02.122.0570.20GP.0017 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa da Justiça Eleitoral e Elementos de Despesa: 3.4.4.9.0.52-42 – Equipamentos e Material Permanente – Mobiliário em Geral.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

9.1 O atraso injustificado na entrega dos móveis sujeitará a Contratados à multa de mora, sem prejuízo das demais sanções, inclusive a prevista no inciso IV, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, que será aplicada na forma seguinte:

- a) atraso de até 5 (cinco) dias, multa diária de 0,4%, calculada sobre o valor do contrato;
- b) atraso superior a 5 (cinco) dias, multa diária de 0,8% sobre o valor do contrato, limitada a 10% (dez por cento), sem prejuízo da rescisão unilateral por parte da Administração.

9.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) advertência por escrito à Contratada sobre o descumprimento de obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa compensatória no percentual de até 15% (quinze por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- c) impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

9.3 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pelo Tribunal e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.

9.4 A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste instrumento.

9.5 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

10.1 O prazo para entrega dos móveis é de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento da nota de empenho.

10.2 A garantia, no caso de defeitos de fabricação ou de montagem, tem o prazo mínimo de um ano, contado a partir do recebimento definitivo dos móveis.

10.3 O recebimento do móveis dar-se-á na forma prevista no art. 73, inciso II, da Lei Federal n.º 8.666/1993.

10.3.1. O recebimento provisório dos materiais não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela existência de defeitos e/ou vícios ocultos, dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) devidamente embalado, acondicionado e identificado, de modo a preservar as características físicas do material;
- b) quantidades em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho.

10.4 O recebimento definitivo dos móveis dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a sua integridade;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações exigidas na contratação.

10.5 Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pela atestação no verso da Nota Fiscal, efetuada por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado.

10.6 Conforme indicação do Contratante, a Contratada deverá entregar os móveis em um dos seguintes endereços:

- ✓ na sede do Tribunal Regional Eleitoral - Seção de Serviços Gerais (Quadra 202 Norte Av. Teotônio Segurado, Conjunto 1, Lotes 1 e 2 – subsolo, Plano Diretor Norte - Palmas – TO); ou
- ✓ na Seção de Patrimônio e Almoxarifado do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, situada na Quadra 103 Norte, Avenida LO 02, N.º 53, Setor Norte, CEP: 77.001-022, Palmas – TO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA

11.1 A partir da assinatura, o presente contrato vigorará por 180 (cento e oitenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1. Constituem motivos para rescisão do presente contrato às hipóteses previstas no art. 77 e nos incisos I a XII e XVII do art. 78, da Lei 8.666/1993, e alterações posteriores.

12.2. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo.

12.3. A rescisão contratual, precedida da devida autorização do **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

- a) Formalizada através de ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;
- b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;
- c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICAÇÃO

13.1 Incumbirá ao Contratante providenciar, à sua conta, a publicação deste Contrato e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário Oficial da União, no prazo previsto pela Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1 Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado do Tocantins em Palmas, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, para dirimir quaisquer questões fundadas neste contrato.

E por estarem assim de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em meio eletrônico, no processo administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.

Palmas, _____ de novembro de 2014.

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS
Diretor-Geral / TRE-TO

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO
Secretário de Administração e Orçamento / TRE-TO

Representante do Contratado